



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, SAÚDE E TECNOLOGIA – CCSST
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS/SOCIOLOGIA**

YSADORA BARRETO CANTANHEDE

GÊNERO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMPERATRIZ-MA:
Um debate sobre a ausência do termo gênero nos documentos oficiais de educação

IMPERATRIZ - MA
2019

YSADORA BARRETO CANTANHEDE

GÊNERO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMPERATRIZ-MA:
Um debate sobre a ausência do termo gênero nos documentos oficiais de educação

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão-CCSST/UFMA, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Vanda Maria Leite Pantoja

IMPERATRIZ - MA
2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo (a) autor(a). Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Cantanhede, Ysadora Barreto. GÊNERO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMPERATRIZ-MA: Um debate sobre a ausência do termo gênero nos documentos oficiais de educação. / Ysadora Barreto Cantanhede. - 2019.
40 f.

Orientador(a): Vanda Maria Leite Pantoja.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas - Sociologia, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz, 2019.

1. Gênero. 2. Educação. 3. Sexualidade. I. Pantoja, Vanda Maria Leite. II. Título.

YSADORA BARRETO CANTANHEDE

GÊNERO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMPERATRIZ-MA:
Um debate sobre a ausência do termo gênero nos documentos oficiais de educação

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da Universidade Federal do Maranhão-CCSST/UFMA, como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia.

Monografia apresentada em 05 de Julho de 2019.

Banca Examinadora:

Prof. Dra. Vanda Maria Leite Pantoja (1º examinador/orientadora – UFMA/CCSST/LCH)

Prof. Dr. Edson Ferreira da Costa (2º examinador – UFMA/CCSST/LCH)

Prof. MSc. Salvador Tavares de Moura (3º examinador – UFMA CCSST/LCH)

IMPERATRIZ – MA
2019

*Para Maria Zelia e Kleber Cantanhede,
referências mais íntimas de cuidado, amor e
responsabilidade.*

AGRADECIMENTOS

À Deus, dimensão abstrata mais ao mesmo tempo tão real e presente em meu viver.

À minha família, em especial aos meus irmãos Yara e Ysaías, pelo apoio, cuidado e amor.

À minha orientadora, Dra. Vanda Pantoja, que em meio ao meu caos enquanto acadêmica se manteve firme coerentemente e pacientemente me orientou para realizar este trabalho, seu exemplo de profissionalismo me inspira enquanto mulher atuante.

À minha mãe Maria Zelia, mulher mais que extraordinária que não finalizou o nível fundamental da educação básica, mas me educou na escola da vida com o melhor dos seus valores, caráter, amor e respeito.

Ao meu pai Kleber, por seu apoio nos dias de inquietude, seus abraços e risos desconcertados que acalentam minha alma.

Às professoras e professores do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da UFMA-Imperatriz, mestres que admiro como educadores e profissionais, que me ensinaram a ver um outro mundo o qual desconhecia.

Aos colegas de curso, em especial Tainne Maiara e Jessica Passos, que me apoiaram e juntas dividimos os risos e angustias de muitos momentos no meio acadêmico.

À Alda Dantas, assistente administrativa, profissional, mulher e gentil pessoa que sempre quando recorria me auxiliava de um jeito singular.

À todos e todas, que de maneira única, influenciaram na minha formação e em meu aperfeiçoamento enquanto pessoa.

RESUMO

O debate sobre gênero na educação é um fato relevante, pois falar de gênero é abordar sobre discursos de poder que normatizam e orientam os sujeitos. Assim, ao aprofundar na temática educação, foi observado que educação e gênero constituem um campo em conflito. Percebe-se que a polêmica gerada em torno deste tema está fincada em uma sociedade enraizada em valores patriarcais e heteronormativos. Logo, o uso do termo gênero é um meio básico para ressaltar a diversidade. Para desenvolver a pesquisa, foram utilizados como referenciais teóricos trabalhos que abordam a problemática na óptica do poder, do discurso, mas, principalmente da educação como Louro (2014); SPM/RR, SEPPIR/PR (2009); dentre outros. Assim, o trabalho tem como questão problema: por que falar de gênero na educação é uma questão conflituosa? A pesquisa é qualitativa, e tem como foco a análise da aprovação do Plano Municipal de Educação do município de Imperatriz – MA. Através dos resultados pode-se observar que a categoria gênero é uma ferramenta útil para compreender os sujeitos como resultados de uma construção social, que as relações que desempenhamos não possuem nenhum dado essencialista que nos norteie como devemos nos comportar ou quais papéis desempenhar.

Palavras-chave: Gênero. Educação. Sexualidade.

ABSTRACT

The debate about gender in education is a relevant fact, since talking about gender is about addressing power discourses that normalize and guide subjects. Thus, when deepening in the thematic education, it was observed that education and gender constitute a field in conflict. It is noticed that the controversy generated around this topic is stuck in a society rooted in patriarchal and heteronormative values. Therefore, the use of the term gender is a basic means to emphasize diversity. To develop research, were used as reference theoretical works that address the issue from the perspective of power, discourse, but mainly of education as Louro (2014); SPM /RR, SEPPIR /PR (2009); among others. Thus, work has as a problem question: why is talking about gender a problem in education? The research is qualitative and is focused on the analysis of approval of the Municipal Education Plan of the municipality of Imperatriz - MA. Through the results it can be observed that the gender category is a useful element to understand the subjects as the results of a social construction, that the relations we play have no essentialist data that guides us how we should behave or what roles we play.

Keywords: Gender. Education. Sexuality.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 GÊNERO: DEFINIÇÕES, FEMINISMO E SUA AUSÊNCIA NA BNCC.....	13
2.1 Identidade de gênero, identidade sexual e orientação sexual	19
2.2 Feminismo e gênero	20
2.3 Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais	24
3 CONFLITOS EM TORNO DE GÊNERO: Uma análise acerca do Plano Municipal de	
Educação de Imperatriz.....	30
3.1. Ideologia de Gênero.....	33
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

1 INTRODUÇÃO

Atualmente na educação, é notável uma problemática acerca do termo gênero. As críticas giram em torno do possível esvaziamento que a palavra denotaria. Para uma bancada, geralmente religiosa, o termo seria nada mais que um reflexo de uma ideologia sendo introjetada na educação. Já os movimentos pró-gênero (feministas, pesquisadores sociais, LGBTQ+, etc) defendem a inserção do termo, pois este denotaria uma neutralidade e possível uso em diversas colocações, isto é, gênero ampara os diversos gêneros e foge do reducionismo do termo sexo, promovendo a igualdade e a diversidade no âmbito das relações sociais.

Tendo isto em vista, surge-me uma indagação problema: por quê tratar/falar de gênero na educação é uma questão conflituosa? Com o objetivo de compreender essa temática, buscou-se a análise das leis básicas da educação como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o Plano Nacional de Educação (PNE), os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e por fim, o Plano Municipal de Educação (PME) do município de Imperatriz - MA, a fim de conhecer quais as implicações da presença do termo gênero nos documentos e os fatores sociais que implicam a sua ausência.

A metodologia utilizada é exploratória, e visou um resultado qualitativo, parte da inferência dos trabalhos já realizados na área, no intuito de conhecer e propor um debate acerca da relevância do uso do termo gênero nos documentos oficiais de educação e por fim, tratando da temática em nível do município de Imperatriz.

Assim, a realização deste trabalho se justifica na possibilidade de pensar a relação entre educação, gênero e sexualidade, podendo colaborar para o entendimento da necessidade de discutir este tema e outros no âmbito escolar, além da notável ausência de um estudo a nível de Imperatriz abordando a temática de gênero e educação.

Para analisar o tema proposto, em conformidade com a legislação da educação básica do país, com foco na educação básica, fez-se o uso, como material referencial, a perspectiva acerca de gênero como categoria analítica que está construindo o sujeito. Há a ruptura da ideia de gênero como complementação do

sexo anatômico, proposta por Guacira Lopes Louro em *Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista* (2014), além desta, o material *Gênero e Diversidade na Escola* (2009) - disponibilizado pela SPM/RR (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres) e SEPPIR/PR (Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial) em parceria com o MEC (Ministério da Educação) - para o programa de aperfeiçoamento de professores de escolas públicas.

Para relacionar o surgimento do uso do gênero como categoria, faz-se necessário, ainda que breve, abordar o feminismo, movimento social, a partir do qual as mulheres foram se apropriando também do campo das ciências sociais, seus escritos passaram a refletir não somente experiências pessoais, mas críticas ao modelo paternalista da sociedade e foi através dele que se iniciou o uso do gênero nas pesquisas em substituição ao termo sexo (CORRÊA, 2001; BEZERRA, 2013, LOURO, 2014). Ao aprofundar na temática educação, foi observado que educação e gênero constituem um campo em conflito (LOURO, 2013; ESTACHESKI, 2016; MEYER, 2003).

O presente trabalho está organizado em duas partes: Parte 1 - **Gênero: definições, feminismo e sua ausência na BNCC** e Parte 2 – **Conflitos em torno de gênero. Uma análise acerca do Plano Municipal de Educação de Imperatriz.**

Na primeira parte, busco discorrer sobre o material acerca da temática, mas principalmente a sua ausência nos documentos oficiais de educação. Documentos que definem o currículo escolar, que dão diretrizes de como ser abordado em sala de aula um tema tão relevante, objetivando o desenvolvimento social. Falar de gênero impele mudanças, e compreensões básicas para a igualdade, o respeito, a tolerância, e permitir este debate em campo propício, a educação, surge a possibilidade de rompimento com a indiferença diante da diversidade. Os documentos analisados serão o BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e PNE (Plano Nacional de Educação) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Na segunda parte, analiso o contexto social em que foi aprovado o Plano Municipal de Educação de Imperatriz (2015), ressaltando como o percurso até a aprovação se deu, desde a apresentação do documento preliminar, até às audiências, abertas ao público.

2 GÊNERO: DEFINIÇÕES, FEMINISMO E SUA AUSÊNCIA NA BNCC

É válido ressaltar o que significa o termo gênero, qual a sua origem, ademais, este se relaciona atualmente com os estudos acerca da mulher, homem e as relações neste contexto, mas principalmente se desenvolve de forma densa na educação.

A palavra em inglês *gender* vem do latim *genus*, que significa “nascimento”, “família”, “tipo”. Já na origem grega, *genos* faz referência a sexo biológico e usualmente na língua inglesa tem a função, assim como na língua portuguesa de designar, na gramática, palavras femininas e masculinas ou ainda, neutras (CARVALHO, 2011; p.101).

O termo *gender* foi utilizado por psicólogos como John Money e o psicanalista Robert Stoller para descrever características de seus clientes como culturais. Quando um paciente se sentia do sexo feminino, isto é, se comportava como o que era considerado comportamento de mulher, mas geneticamente pertencia ao sexo masculino, considerava-se esse termo gênero em oposição aos elementos biológicos, naturais, como a personalidade desses indivíduos, mas principalmente quando os casos eram de hermafroditismos, ou seja, quando nascem com órgãos genitais ambivalentes e tem seu sexo decidido por seus pais, o termo era usado para ajudar os pacientes a elaborarem sua identidade em conflito (BONNEWIJN, 2015; p.28).

Uma forma muito difundida e até presente no senso comum acerca do que seja gênero, é de que este seja uma extensão, ou melhor, uma complementação do sexo. Isto é, enquanto que sexo está diretamente ligado ao aspecto físico e biológico de uma pessoa, gênero estaria ligado ao fator caráter, “comportamental” e associado a características individuais físicas que diferenciam masculino e feminino. Esta compreensão vigorou por muito tempo, porém tem sido bastante debatida e reformulada por pesquisadoras como Scott (1995), Louro (2013), Butler (2003), dentre outras.

Por exemplo, no PCN formulado para o 3º e 4º ciclos do Ensino Fundamental há a seguinte afirmação:

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais construídas a partir da diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de 'masculino' e 'feminino' como construção social. (p.321 – 322).

Porém, esta é uma visão apresentada por Carvalho (2001) como funcionalista bastante criticada e até superada por novas perspectivas de pesquisadoras como Scott (1995), para a qual, gênero deveria ser entendido na linha do construcionismo social radical o que há uma semelhança, já que o texto do PCN também trata desta visão de gênero como fruto de uma construção social, contudo Scott afirma:

[...] são as formas sociais de compreensão da diferença e da semelhança entre homens e mulheres que determinam as maneiras como o corpo é apreendido, abandonando-se completamente a ideia de uma base natural fixa sobre a qual agiria a cultura. (p.102).

Ou seja, para Scott não seriam papéis construídos a partir do biológico, mas o gênero que desenvolve, ou deveria desenvolver, a noção de sexo, corpo e toda a representação disto. Há aqui a negação do aspecto físico (biológico) como a base primeira e a reinterpretação disto como o resultado final e não como referência primária como declarado no PCN. Não seria para Scott, a partir “**da diferença biológica dos sexos**”, o aspecto físico não é irrelevante, ele existe, porém não é o definidor.

Vianna e Unbehaum (2004), em *O gênero nas políticas públicas de Educação no Brasil: 1988 – 2002* expressam o porquê desta formulação no PCN. Em seu trabalho de análise sobre a forma como gênero foi “escrito” nas políticas públicas do Brasil desde a Constituição da República de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases/1996 o PNE/2001, passando também pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), elas concluem, dentre outras considerações, que todos esses documentos são frutos de valores e costumes da época, que refletiam ideias preferencialmente de uma cultura dominante.

O fato de encontrarmos documentos de outras épocas abordando gênero de uma forma questionada, há muito, pelas pesquisas na área, reflete que naquela época os próprios idealizadores, inclusive dos PCNs, pensavam dentro de um sentido que foi sendo moldado com o desdobrar das ciências humanas numa

abordagem construcionista, isto é, de construção histórica e não essencialista, corroborando que a sexualidade humana e as identidades de gênero são resultados sociais e mudam conforme muda a sociedade.

Scott (1995), como historiadora, propõe uma análise diferente acerca do estudo sobre a mulher, ela propõe observar a história e perceber os silenciamentos, a opressão feminina, e a identidade construída a partir dos interesses econômicos.

Contudo, pode-se considerar acerca da categoria gênero, que de um lado ainda há o reflexo da visão de que gênero (e dentro do próprio movimento, em seu início) são os “*papeis sociais*” desempenhados por um indivíduo, porém Louro (2014) traz na sua obra *Gênero, Sexualidade e Educação* a crítica a qual

Papéis seriam, basicamente, padrões ou regras arbitrárias que uma sociedade estabelece para seus membros e que definem seus comportamentos [...]. A pretensão é, então, entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. (p.28).

Na página seguinte ela continua “[...] pretende-se referir, portanto, algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o.” (Louro, 2014; p.29). E é esta, a perspectiva atual que vigora acerca da temática.

Gênero como parte do sujeito, não objetiva papéis a desempenhar, isto é ultrapassado por esta categoria, a ideia não está no plano do que se transformará o sujeito, qual gênero assumirá, mas que ele ou ela pode escolher e passar pelo processo de afirmação de sua identidade, pois, assim, não estaria limitado (a) a um sexo “XX” ou “XY” e assim desempenhando determinados papéis pré-estabelecidos pela sociedade para os sexos.

O próprio fato de falar ele e ela, acima, reflete uma visão, uma compreensão acerca do que eu e você aprendemos sobre o que é ser “ele” e o que é ser “ela”, seria assim uma interpretação socialmente construída e está pautada na cultura.

Porém, vale ressaltar que não se tinha, por exemplo, no século XX através das primeiras feministas, isto é, no início do feminismo, a ideia de substituição do sexo pelo gênero, usava-se o termo gênero apenas para somar, ou seja, para acrescentar à base biológica tida como definidora (CARVALHO, 2011; p.102),

diferentemente do percebido atualmente, o uso do fator gênero como determinante e não o contrário.

Como Bonnewijn (2015, p. 36) relata, sexo e gênero são dois elementos usados pelas primeiras feministas como “constitutivos do ser humano, distintos para as necessidades da análise, mas não separáveis na realidade”. Ainda segundo ele, o fator “biologizante” interpretado posteriormente em relação a esses elementos, faz com que essas feministas mudem seu posicionamento, para um posicionamento tido, pelo autor como, *radical*.

Posicionamento este que não aceita a postura anterior das primeiras feministas, o uso do sexo como referência seria algo extremamente limitante, o ideal seria a substituição do fator sexo, pelo gênero, afinal, como afirma Louro (2014, p. 24):

O argumento de que homens e mulheres são biologicamente distintos e que **a relação entre ambos decorre dessa distinção**, que é complementar e **na qual cada um deve desempenhar um papel determinado secularmente**, acaba por ter o caráter de argumento final, **irrecorrível**.

Logo, surge a necessidade de substituir completamente o fator biológico sexo, pois ele denotaria uma distinção secular entre homens e mulheres a qual perpetua a desigualdade, através destas distinções se reproduzem papéis e conseqüentemente é construído um molde acerca de como deve ser a relação seguido com base nessas distinções, isto é, a forma como um homem e uma mulher *devem* se comportar no meio social.

Nesse sentido, Vianna e Unbehaum (2004) trazem à tona suas análises a partir de Joan Scott, que mais uma vez propõe uma rejeição ao “caráter determinista” da biologia e passa a utilizar o gênero como categoria analítica, porém ela não foi a idealizadora do “plano de superação” do determinismo biológico, mas sim Shulamith Firestone em sua obra *The Dialect of Sex: The case for Feminist Revolution* publicada em 1970, “[...] assim como o objetivo final da revolução socialista era não apenas acabar com os privilégios da classe econômica, mas também com a própria distinção que existia entre as diferentes classes econômicas” (BONNEWIJN, 2015, p.25).

Contudo, quem é notadamente reconhecida no Brasil por levantar o questionamento acerca de gênero é Jhoan Scott, em 1995 (publicado no Brasil) através do seu artigo *Gênero, uma categoria útil de análise histórica: para além da classificação* destaca esta “nova” visão no Brasil da qual Louro se apropria muito bem e ecoa na afirmação: “gênero está construindo o sujeito”.

Parafraseando Engels:

O primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino. (1884. p.71).

Segundo esta afirmativa de Engels e Karl Marx o problema da diferença que oprime a mulher historicamente, nasce na própria família patriarcal. Repensar esta estrutura também é um viés notadamente apropriado, para que através disto se proponha uma educação, ou melhor, uma revolução que busque a igualdade entre os gêneros, desconstruindo um modelo patriarcal que perdurou e perdura em muito, até hoje.

Desta forma, sem muito esforço percebe-se que gradativamente o termo gênero foi amplamente difundido em estudos, pesquisas, na educação, na arte, nas propagandas, em diversos meios, se não, todos os meios sociais. Louro (2014) afirma que o termo passa a ser usado no Brasil por feministas a partir da década de 1980, primeiro de forma tímida, depois mais ampla.

Entretanto, Grossi (2004) afirma que o estudo sobre gênero se desenvolveu amplamente de 1978 a 1998 graças ao apoio da Fundação Ford que incentivou centenas de pesquisadores para pesquisar somente sobre mulher e gênero no Brasil.

A proposta dentro da visão sociológica muito utilizada pelos movimentos pró-gênero, isto é, o feminismo, LGBTQ+, entre outros, é o de desconstrução e pluralização. Há a necessária desconstrução de modelos nitidamente dominantes e repressores da sexualidade e que estão cerceando direitos, não somente das mulheres, amparados numa óptica machista, patriarcal, repressora.

E há, aliada a esta desconstrução uma nova visão, a plural. A pluralização dos gêneros, pluralizar é reconhecer que não existe uma base única, que por muito

tempo predominou, seja em relação aos corpos, seja na forma como interpretamos a sexualidade.

Porém, há ainda, de forma dominante, uma visão que dificulta o debate da igualdade, que impossibilita a discussão dessa temática gênero na educação, a visão ainda não “ultrapassada”, ainda não vencida, e deveras obsoleta de sexo biológico como fator determinante das relações de gênero.

Infelizmente, esta ideia ainda está direcionando a educação brasileira em muito, e exemplo disto foi a recente decisão da retirada do termo gênero, da BNCC (Base Nacional Comum Curricular). Decisão esta que reflete mais retrocesso do que avanço, pois há a tentativa de retomada da perspectiva do sexo biológico como único determinante em detrimento do plural, a qual o gênero permite desenvolver.

No texto da BNCC (2014-2024) está escrito:

A mais ruidosa polêmica diz respeito à alteração da diretriz que previa a superação das desigualdades educacionais (inciso III do art. 2º do substitutivo da Câmara). O Senado alterou esse dispositivo, retirando a ênfase na promoção da “igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, expressão substituída por “cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação”. A contenda terminou favorável ao Senado, com a aprovação do destaque para manter seu texto. (p.22).

A disputa entre tirar ou manter o texto que previa a palavra gênero, foi muito ruidosa, alarmante pois envolveu um público deveras “indiferente” com o “fazer políticas públicas”. Pais, religiosos como os católicos e denominações evangélicas, grupos declaradamente receosos e convictos de que manter a palavra gênero na BNCC, era permitir que uma ideologia de uma “nova configuração humana” se alastrasse ao ponto de alienar os filhos, os netos, os atuais jovens e os futuros, confundindo-os, manipulando-os a pensarem não dentro de uma visão mais igualitária e justa, mas dentro de uma óptica deturpada acerca de seus corpos, de sua sexualidade, mas principalmente acerca da identidade que seria essencialista, isto é, numa ideia essencialista e não construcionista.

A supressão dos termos “gênero” e “orientação sexual” ocorreu na última versão do texto em 2017, aprovado pelo Senado como afirma o excerto acima.

Diante do exposto a indagação é simples, por quê retirar gênero e orientação sexual do documento que norteia a educação básica brasileira? O viés da resposta é único: uma visão obsoleta à qual ainda não foi ultrapassada.

2.1 Identidade de gênero, identidade sexual e orientação sexual

Louro (2014) afirma:

Suas *identidades sexuais* se constituiriam, pois, através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*. (p. 30)

Isto certamente nos parece claro, enquanto **identidade de gênero** está direcionado ao fato como “me vejo”, me identifico, mulher ou homem, reflexo de, segundo Louro, uma construção social. Já **identidade sexual** está relacionado à como desempenho minha sexualidade, me relaciono com homens? Outras mulheres?

Olhar desta forma permite ver como são duas categorias totalmente separadas e independentes uma da outra, ser mulher (gênero) não está relacionado a ser heterossexual (identidade sexual) para o movimento feminista, contudo, como Louro (2014, p.31) destaca, há uma confusão no que tange compreender isto, pois as identidades “[...] estão profundamente inter-relacionadas; nossa linguagem e nossas práticas muito frequentemente as confundem, tornando difícil pensá-las distintivamente. No entanto elas não são a mesma coisa”

Logo, o fato de não se pensar estas identidades (sexual e de gênero) com clareza, reflete num currículo educacional que pode ser interpretado como equivocado e notavelmente é questionado, por quem não compreende a clareza desta distinção.

Meyer (2003) abordando acerca do início do uso do termo de gênero no Brasil, relata que o seu uso foi muito questionado pelo próprio movimento, pois haveria uma “invisibilidade” do sujeito (mulher notoriamente), e gradativamente foi

sendo incorporado e implicou em diversas definições acerca do conceito, o que nem sempre era convergente.

O importante é notar que o processo de entendimento da necessidade do termo na luta pela igualdade foi gradual. As formas como concebemos nossos corpos representam uma linguagem, uma interpretação, uma cultura definida como hétero, questioná-los através do gênero que “constrói” o sujeito é a proposta dos estudos sociais.

Como nitidamente atinge camadas sociais das mais distintas, questionando, propondo, repensando seus entendimentos acerca do corpo, da sexualidade, da masculinidade e feminilidade é claro, geraria embates, embates estes que muitas vezes refletem mais o sexismo, “o diferente”, o ideológico dominante, do que a necessária discussão daquilo que por muito tempo foi tido como *essencial, normal, hétero*.

Isto é explicável pelas relações de poder impostas em torno das relações humanas, sociais, normativas que elegem, mas que também desconstruem por meio da validação da cultura, ou seja, pela sua reafirmação.

2.2 Feminismo e gênero

Os estudos sobre a mulher, gênero ou feminismo no Brasil possuem como ápice temporal justamente o final da década de 60 e início da década de 70, período no qual as mulheres começam a ser tema de pesquisas. Parafraseando Estermann Meyer (2013), embora os movimentos de mulheres e o feminismo tenham construído trajetórias que podem ser contadas formas diversas, as historiadoras consideram dois momentos do movimento feminista, primeira onda (dá-se em torno do movimento sufragista, início em 1900 até 1934 com o direito de voto das mulheres adquirido) e a segunda onda, nos países ocidentais desenvolveu-se nos anos 60 e 70 do século XX e no Brasil sua eclosão se dá no período da ditadura militar e depois no início dos anos 80 com a redemocratização do país.

É oportuno destacar que as primeiras pesquisas realizadas no país não faziam uso do termo gênero. Era comum e bem visível o fato de mulheres pautadas

nas suas experiências e submersas em um processo político emancipatório, desenvolverem seus trabalhos com características do feminismo, porém, muitas delas “... se reconheçam no rótulo feminista”. (GROSSI, 2004, p.218).

Diante disto, ressalto a apresentação de tese de livre docência de Heleieth Saffioti em 1967 na USP, que para Grossi (2004), foi o marco histórico de estudos sobre mulheres no país.

A tese de Saffioti intitulado *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, resulta de uma pesquisa feita com trabalhadoras têxteis e professoras da educação primária, questionando a “sabedoria” que prevalecia na época a qual “justificava” a inferioridade da mulher:

O objetivo da pesquisa era apreender os mecanismos típicos através dos quais o fator sexo opera nas sociedades de classe de modo a alijar da estrutura ocupacional grandes contingentes de elementos do sexo feminino. Visa, ainda, a desvendar as verdadeiras raízes deste alijamento. Compreendeu a dialética marxista como a base teórico-metodológica mais adequada para refletir questionar a sabedoria convencional que impunha um conjunto de mitos justificadores da situação de inferioridade da mulher em relação ao homem, atribuindo tal situação a uma “evolução desarmônica da sociedade”. A dialética apresenta-se, para a autora, como um método de grande “valor heurístico”, não apenas por possibilitar a realização do teste comprobatório das formulações clássicas, mas, sobretudo, pela incorporação crítica das suas próprias posições” (HELEIETH SAFFIOTI apud BEZERRA, 2013: 171).

Considerando este evento como marco histórico dos estudos sobre mulheres, pode-se inferir que esta temática possui cerca de 51 anos no país e ainda, que seu início foi totalmente singular em relação às características dos mesmos estudos em comparação à Europa. Isto, por iniciarem em plena Ditadura Militar assumem características que formaram não apenas uma luta de classe – base marxista que Heleieth Saffioti utiliza em seu trabalho – enquanto movimento feminino que se constituía e se politizava devido ao próprio cenário político em que estava inserido - mas também contra a Ditadura Militar (1964 – 1985) poder estatal vigente da época.

Enquanto no Brasil, estudos sobre **gênero**, **mulher** ou **feminismo** estavam apenas “engatinhando” nos anos 1970, na Europa estavam “fervilhando” em 1950 e isto tem grande participação da publicação do livro *O Segundo Sexo* (1949) da filósofa Simone de Beauvoir, obra esta que deu ao tema *mulher* um aspecto crítico e político na relação entre homem e mulher (GROSSI, 2004, p.211).

A obra de Beauvoir é pioneira na França no sentido de abordar tão abertamente os temas sexualidade, maternidade e identidades sexuais o que provocou uma série de críticas, desde o campo moral até o campo científico. (CHAPERON, 1999).

Sim, o projeto de Simone de Beauvoir foi bastante ousado à época e recebeu críticas por afirmar sem muito embase científico que as mulheres *dependiam* exclusivamente dos homens, que eram apenas subordinadas, o que provocou em outras mulheres, as quais tinham acesso a obra, a negação desta condição revelada por Beauvoir assim como também provocou a potencialização de uma “revolução” feminina como afirma Chaperon (1999).

No Brasil, o trabalho de Saffioti, como mencionado acima, é considerado marco do início de um amplo e fértil campo de estudos acerca de mulheres e gênero e certamente torna mais visível esse movimento que buscava o reconhecimento do feminino enquanto sujeito, movimento este que se iniciara na Europa e já há algum tempo se instalava no país.

Porém, é sabido que estas pesquisadoras, muitas das vezes, não detinham um cunho acadêmico em suas reivindicações, seus escritos eram marcados pelas próprias experiências enquanto mulheres.

Louro em sua obra *Gênero, Sexualidade e Educação* uma perspectiva pós-estruturalista, traz à tona esta realidade vivida pelo movimento e justifica “ [...] A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tiveram como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência.” (LOURO, 2014, p.21).

A pesar de o início dos estudos sobre mulheres no Brasil ter sido marcado por uma timidez em produção e estas marcadas por relatos pessoais, e quando publicados, marcado pela segregação social, isto é, a desvalorização das produções femininas em relação a masculina, mesmo diante disto, não foi empecilho para que posteriormente o movimento feminista se apropriasse mais dos espaços acadêmicos e passasse a produzir estudos que fossem aceitos por transmitirem o “peso da ciência”.

É certo que este resultado foi obtido junto a emergência da mulher em todos os âmbitos, nas fábricas, nos hospitais, na educação, e em cargos muitas vezes menores que os exercidos pelo sujeito masculino, porém gradativamente a mulher passou a ocupar cargos de maior relevância e responsabilidade paralelamente com a força que o movimento feminista ganhava (LOURO, 2014).

Acompanhando este processo, os estudos sobre mulheres no Brasil, inicialmente contemplaram temas como a mulher no mercado de trabalho, relações de poder, relações sociais de sexo, reprodução, e uma infinita série de abordagens de perspectivas diferentes.

Na década de 1990 o movimento já estava, significativamente, diferente da sua gênese, as demandas passaram a se diversificar, havia agora uma institucionalização do movimento a qual possibilitou uma construção de rede, novas relações políticas que possibilitaram mais renome e força às demandas de mulheres, muitas autodenominadas feministas, outras como estudantes sociais, algumas artistas, e até havia conflitos políticos e de interesses entre elas, o que demonstra que o processo de luta criado por essas mulheres, a princípio demandando reconhecimento, não foi homogêneo e nem linear (CORRÊA, 2001).

No movimento feminista houve uma sistematização dos estudos de forma que fossem mais profundos e coesos, posteriormente aquilo que era tido como "trabalho de mulher" foi questionado, colocando em vista o que a mulher queria, qual seus interesses, quais as suas necessidades antes "ocultas", logo se produziu estatísticas, denunciou-se o sexismo, observou as relações de trabalho de uma forma inédita, questionou-se as práticas educativas, os materiais didáticos que reproduziam a ausência da mulher na história, o feminismo possibilitou a criação de teorias, de novas formas de analisar o normal, resistiu e resisti a confrontos contrários ao movimento e sua nova perspectiva de "mostrar o mundo". (MEYER, 2003).

Feminismo e gênero se relacionam na medida que o uso deste termo foi apropriado pelo movimento feminista e desenvolvido por ele. Gênero passa a ter notoriedade a partir de pesquisas realizadas por feministas e dentro deste movimento ganha relevância como meio para se entender que ser homem ou mulher

é algo social, ligado diretamente a cultura. A forma como agimos foi socialmente desenvolvida, ensinada e cobrada.

Segundo Souza (1999):

O conceito de gênero surgiu entre as estudiosas feministas para se contrapor à ideia de essência, recusando assim qualquer explicação pautada no determinismo biológico, que pudesse explicar os comportamentos de homens e mulheres, empreendendo desta forma, uma visão naturalizada, universal e imutável dos comportamentos (p.3).

Gênero se constitui como ferramenta útil para a análise das Ciências Sociais, rompendo com a explicação estritamente biológica que funda diferenças comportamentais para cada sexo. O feminismo se apropria deste entendimento e desenvolve-o.

2.3 Orientação sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais

A educação básica está alicerçada em um Estado que promove a função de educar, o *welfare state*, o *Estado de bem-estar social*, tem em sua Constituição (1988) o dever de promover educação. Repensar práticas que envolvam a sexualidade, os riscos acerca de uma “não prevenção” para a *povo* gera a criação do tema transversal Orientação Sexual, isto é, uma educação que visa orientar os estudantes acerca da sexualidade, esta, surge como resposta a um caos público.

Existe uma explicação da necessidade desse tema acima citado, segundo Altmann (2001) havia um crescente número de casos de HIV, além da gravidez prematura, isto é, em menores de idade. Assim, a criação de um tema, não de uma disciplina, mas algo que perpassasse por todas as disciplinas, um tema transversal que leve informações aos alunos sobre o crescimento de doenças sexualmente transmissíveis, a necessidade de ter uma relação sexual segura com o uso de preservativos, não somente para evitar doenças, mas a gravidez indesejada, foi um paliativo necessário.

O que hoje, me faz sentido em relação as diversas aulas que tive de Ciências sobre educação sexual, até usar preservativos aprendemos e foi, confesso, para eu e para a maioria das minhas colegas, bastante constrangedor, em meio a risos de

curiosidade e vergonha, era, em meu entendimento um tema que envolve uma “intimidade”, um assunto não muito abordado na minha família tradicional, nem pelos pais ou pessoas mais próximas.

Não deveria ser tão “íntimo”, isto é, algo que é estritamente evitado a ser abordado, por ser considerado muitas vezes um tabu falar sobre relação sexual, sobre o corpo, sobre identidade sexual, é comum ignorarmos o assunto no meio familiar. Daí a importância de ser trabalhado na escola, a sexualidade faz parte da dimensão humana. A forma como compreendemos nossos corpos, como nos relacionamos, não somente sexualmente, mas socialmente, como pessoas de uma diversidade de gêneros que escapam do determinismo biológico.

Falar sobre sexualidade “deveria ser tão simples como beber água quando se sente sede”, mas não é, não ainda, e principalmente quando quem fala é uma mulher, aquele ser que socialmente foi moldado como quem deveria ser recatado, contido, em conversas, no espaço público, no mercado de trabalho, entendidas muitas vezes como uma espécie de complemento do homem, “costela de adão”, sem cuja autonomia.

Altmann (2001) acerca da sexualidade expõe:

A sexualidade é um ‘negócio de Estado’, tema de interesse público, pois a conduta sexual da população diz respeito à saúde pública, à natalidade, à vitalidade das descendências e da espécie, o que, por sua vez, está relacionado à produção de riquezas, à capacidade de trabalho, ao povoamento e à força de uma sociedade. (p.576).

Certamente controlar como a sexualidade deveria ser desempenhada numa sociedade é um dos interesses do Estado, Estado este criado sobre o pilar de uma moral que exprime discursos e mantêm o poder.

O problema é que, como o Estado é composto por pessoas, que através do poder normativo, legisla e positiva gerando uma coerção sobre o social, ele reflete interesses. Discursos explícitos como a retirada do termo gênero da BNCC, demonstram isto, o controle sobre o que aprender e falar acerca da identidade de gênero e sexual.

Altmann (2001), relatando sobre o saber produzido acerca da sexualidade, fazendo uso de análises de Foucault, exprime o seguinte:

[...] a análise dessa busca sobre a verdade sobre o sexo, da formação de um certo tipo de saber sobre o sexo, deve ser feita sob o viés do poder, não um poder que funcione pelo direito, mas pela técnica, não pela lei; mas pela normatização; não pelo castigo, mas pelo controle. O poder é *onipresente* porque se produz a cada instante, em todos os pontos, em toda relação: ele está em toda parte, não porque englobe tudo, mas porque provém de todos os lugares. (p. 577).

Falar sobre gênero na educação é falar sobre poder, poder este que tem sido definido não pelo viés que objetiva a diversidade de gêneros, sujeitos tidos como minorias diante do discurso heteronormativo. Expor o reconhecimento acerca da diversidade é o reconhecer uma construção social, um desenvolver da sociedade como fruto histórico, com formas construídas culturalmente, socialmente.

O viés paternalista, se expressa no Estado que impõem leis e normatiza condutas fundadas no indiferente ao pluralismo de gênero, no fixo pensamento de que as relações sociais são reflexo do biológico, porém a compreensão do sexo biológico, da sexualidade, da identidade do sujeito é reflexo do social, do adquirido não no nascimento, mas no decorrer de sua história como pessoa, que ultrapassa a dimensão meramente biológica.

Quando há a tentativa ou a própria retirada, nos documentos oficiais da educação, de termos como sexualidade, gênero, diversidade sexual, categorias estas diferentes, porém afins, há um discurso que limita o debate sobre os comportamentos tidos como normais, e quando se normaliza algo, tende a um reducionismo do ser humano à padrões, à moldes nos quais não compreendem que o ser humano muda, se reinventa, se constrói.

As mulheres, por exemplo, são as únicas providas da capacidade de gestar durante nove meses uma criança, isto porque biologicamente seu corpo possui esta função, possui útero, ovários e todo o “aparato biológico” que possibilita a concretização dessa função de gestar, entre outros fatores como a diferença entre os órgãos genitais do sexo masculino e do feminino logicamente.

Contudo, mesmo possuindo tal “aparato biológico” não há obrigatoriedade nenhuma intrínseca em realizar determinada função, tendo em vista que ser mãe é

também fruto de uma construção social e o fato de possuir características físicas que permitem as mulheres engravidarem, não gera a necessidade de realizar esta possibilidade.

Assim, o apontamento que se pretende fazer com essa breve explanação é que sexo como dito anteriormente está relacionado diretamente ao fator físico, biológico de uma pessoa, ele serve para diferenciar o macho da fêmea, enquanto que gênero é considerado para características sociais do homem e da mulher, posturas comportamentais tidas como pertencentes ao sexo feminino e ao sexo masculino”, o que claramente como visto é questionado pelos atuais estudos, tendo em vista que o sexo não deve servir como base de análise social, pois repercutiria apenas as diferenças anatômicas.

Para as ciências sociais e humanas, o conceito de gênero se refere à construção social do sexo anatômico. [...] gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não decorrência da anatomia de seus corpos. (SPM/RR; SEPP/PR 2009. p. 39).

O que se nota acerca do fator sexo além do que já ressaltado, é que ser mulher seria algo ruim, certamente por historicamente, é válido considerar, a elas, ou melhor, a nós houve a negação de básicos reconhecimentos, como o do voto, o de se expressar em âmbitos públicos, o de assumir cargos no mercado de trabalho, porém, ao passo que as mulheres foram conquistando seu espaço, fomos emergindo como seres pensantes e sujeitos sociais.

A forma de análise do sexo como fator que determina como as pessoas devem se comportar tiraniza, reduz, perpetua uma oposição entre homens e mulheres, a desigualdade, algo que deve ser superado, e para isto, a educação é o campo propício, questionar tais paradigmas, secularmente impostos, não é apenas mais um viés proposto, é uma necessidade.

Neste sentido, analisando o documento da BNCC, foi constatado que a palavra gênero aparece cerca de cinquenta vezes ao longo do texto, porém nenhuma destas vezes, com o sentido sexual aqui necessário, isto é, o texto aborda sobre os diversos gêneros literários, gêneros musicais, gêneros em discursos,

porém omite a relevância de debater gênero como categoria útil sobre padrões acerca da dimensão sexual do homem e da mulher.

O texto é construído sobre uma base de que o estudante deve ser protagonista no processo de educação, porém nega a relevância de tratar de um tema tão pertinente que fará sê-lo mais que protagonista de um processo educativo, o tornará protagonista na sociedade, no sentido de não corroborar com o preconceito diante da diversidade de gênero.

O gênero como ferramenta política necessária, afasta abordagens estereotipadas sobre homem e mulher e permite vê-los de forma mais ampla, englobando os conjuntos de discursos e símbolos que norteiam as representações, que rompem com o psíquico e o biológico, permitindo a produção de novas interpretações, fluídas como o social, o cultural, que muda, que se reinventa e um processo que não é linear (MEYER, 2003).

A educação abrange, mais do que o escolar, mais do que o texto positivado pelos PCNS e Diretrizes ou BNCC, ela paira sobre as comunicações, sobre as artes, sobre o familiar, o religioso, pelas conversas entre os grupos, pelas pessoas que falam, pensam e expressam.

O gênero permite notar isto, que o sujeito se constrói pelo discurso do poder, da cultura, da comunicação, das diversas dimensões humanas. Olhar o ser humano pelo aspecto apenas do sexo biológico, não permite isto pelo fato, já abordado, de ser fixo, enquanto gênero aponta não apenas para mulheres, mas para homens o que também permite observá-los.

Parafraseando Meyer (2003):

Se, como enfatizou Simone de Beauvoir, nós não nascemos mulheres, nós nos tornamos mulheres, o mesmo se pode dizer dos homens. Isso implica, portanto, analisar os processos, as estratégias e as práticas sociais e culturais que produzem e/ou educam indivíduos como mulheres e homens de determinados tipos, sobretudo se quisermos investir em possibilidades de propor intervenções que permitam modificar, minimamente, as relações de poder de gênero vigentes na sociedade em que vivemos. (p.20).

Desta forma, assumir a relevância da presença do termo gênero nos documentos oficiais de educação básica, permite ir além dos papéis sociais e entender os diferentes meios pelos quais o gênero atua no todo social.

Vale ressaltar, um estudo realizado por Silva (1999), acerca do número de reprovações e abandono escolar entre meninos e meninas e foi constatado que o nível de reprovação é maior entre os meninos do que entre as meninas, mas por quê? Será que de algum modo o gênero estaria influenciando nesse resultado?

Os comportamentos tidos como adequados ou inadequados no âmbito escolar são reflexo de uma ideia acerca de gênero (MEYER, 2003), ao passo que, enquanto educadora percebo que quando digo que uma menina é uma 'boa aluna', não significa o mesmo que um menino é um 'bom aluno'. Logo, pois, a primeira impressão que há é de que existe o sexo como base primeira (tema este já debatido acima, como forma incoerente de ver uma pessoa), e que a partir disto deveria exercer determinado comportamento diante dos estudos.

Novamente para revalidar a importância do gênero nos documentos oficiais como a BNCC, as "pré-noções" sobre o sexo como algo que é complementado pelo gênero, implica em políticas públicas educacionais que excluem ao invés de incluírem. Se digo que Celine (estudante hipotética) é uma boa aluna porque faz as atividades e não conversa durante a aula, elejo como bom para as meninas, o aspecto comportamental mais tímido, retraído talvez, que uma menina deveria possuir. Ao passo que Asafe (estudante hipotético), é um bom aluno por que apesar de conversar, faz as atividades e é participativo, elenco a característica de que um menino é sempre comunicativo, ou ao menos deveria ser.

Ao fazer isso não nego que há fatores psíquicos que somam a este comportamento, mas eles não são definidores, e só nos é permitido perceber isto através do gênero, que foi subtraído do texto da BNCC, pois ele que nos permite ver além do que sempre foi tido como natural.

Portanto, questionar o tido como "óbvio" é fundamental quando se refere a sociedade, afinal há relações que são moldadas por estes discursos, que direcionam os comportamentos dos sujeitos, que normatizam nossos corpos, que exprimem ideias dominantes e principalmente, que excluem.

3 CONFLITOS EM TORNO DE GÊNERO: Uma análise acerca do Plano Municipal de Educação de Imperatriz.

Logo, no final do ano de 2014, o município de Imperatriz passou por diversas audiências públicas, ao menos sete, para a discussão das propostas e metas do Plano Municipal de Educação (PME).

Como a coordenadora do Fórum Municipal de Educação da época, Fátima Vale, ressaltou em uma publicação da SEMED (Secretaria Municipal de Educação):

O Plano Municipal de Educação está integrado ao Plano Estadual de Educação e ao Plano Nacional de Educação e, mais integrado ainda, à realidade, à vocação e às políticas públicas do município. A história, a geografia, a demografia do município e sua proposta de desenvolvimento é que determinam as metas e as estratégias de suas ações na educação escolar. (Disponível em: <http://www.lem24horas.com/2014/08/pme-esta-disponivel-para-consulta.html> . Acesso em: 08/01/2019.)

Tendo isto em vista, no dia 28 de Agosto de 2014 ocorreu a primeira audiência pública para apreciação do PME na versão preliminar. O fato foi deveras conturbado, houve um forte embate acerca da temática gênero presente no plano.

O vereador municipal João Francisco Silva (PRB), rotulado por alguns como conservador, e por outros como “defensor da família”, encabeçou uma crítica ao texto do PME, aliado a diversas pessoas como líderes religiosos, pais e políticos a favor da retirada de termos como gênero, identidade de gênero, diversidade sexual, dentre outros, do Plano Municipal de Educação.

Apesar de não estar incluso no Plano Nacional de Educação (13.005/14) a palavra gênero, a qual foi totalmente substituída, há a possibilidade de sua inserção nos planos municipais, e como demonstrado anteriormente é essencial que seja incluso nos documentos de educação, tendo em vista que se traduz em ferramenta única que engloba diversas perspectivas do social.

Contudo, o conflito de interesses em torno de gênero é cada vez mais gritante, ou como certa vez ouvi, espinhoso. O fato de entrar em um campo de valores, da sexualidade, da cultura, e por vezes do religioso, incomoda pessoas em diversos grupos, entidades, órgãos e movimentos.

O discurso de poder sobre gênero e as relações sociais são fortes, é fato que há embates acerca da temática refletindo um engessamento de cunho político, que torna tabu, e insiste em modelar comportamentos sociais com base em argumentos biológicos, fixistas que fogem da perspectiva construcionista da sociedade.

Há aqueles que chamam o movimento pró-gênero como “ideologia de gênero”, responsáveis por uma tentativa absurda de criar uma nova perspectiva humana, uma nova e fraudulenta tentativa de ressignificar o sexo, a identidade humana do homem ou da mulher, já estabelecidos a partir da genética, da biologia, da história, da ótica hétero ou divina.

Em contrapartida, há aqueles responsáveis pelos questionamentos, pela discussão daquilo que antes parecia “óbvio”, dos “encabeçadores” (as) da igualdade de gênero, ativistas de movimentos feministas, LGBTQ+, entre outros. O sujeito está se construindo e sempre será inacabado, normas e padrões, pensamentos e convicções anteriormente tidas como verdades absolutas são aqui questionados, tudo em prol da igualdade e qualquer crítica contrária a isto, é tida como nada mais que uma tentativa de cercear direitos, e é perfeitamente válido este posicionamento, tendo em vista que a intolerância e o preconceito estão munidos de um pensamento “biologizante” e normatizador.

Nitidamente ambos veem da sua perspectiva, “da sua lente”, cada lado tem argumentos ferozes para aplacar o discurso contrário. Porém, o único discurso que se movimenta em prol de minorias e que reconhece que a sociedade é fruto de relações sociais que se modificam, é o pró-gênero.

Mesmo o Senado tendo êxito em retirar termos que remetem a gênero dentro do PNE, o município fica responsável por aprovar seu próprio PME, tendo também como base o PEE (Plano Estadual de Educação). E assim como a cidade de Imperatriz, São Paulo e outros municípios de diversos estados, também passaram por alguns conflitos acerca da aprovação do PME.

O fato denota um embate vivenciado não somente no Maranhão, mas no país inteiro. Falar sobre gênero ainda gera discussões conturbadas, deveras incoerentes, muitas vezes intolerantes ou até violentas.

A defesa da família tida como tradicional, reflete uma visão patriarcal, direcionando a sexualidade, o corpo e o gênero, isto é, como cada um deve utilizar de seus corpos e viverem sua sexualidade.

Esta defesa da família, parte do receio de esta, estar sofrendo um ataque ideológico que ameaça os valores religiosos, gerando mais uma intolerância no sentido de não ouvir a proposta sobre gênero ou até mesmo, a impossibilidade de ver as projeções para uma educação possivelmente mais igualitária.

Assim como, também, a falta de diálogo e até a imposição, isto é, intolerância de movimentos que rotulam e desqualificam discursos pelo fato destes não reproduzirem seus ideais.

O município de Imperatriz, passou e passa por um processo lento e deveras problemático acerca do tema. O então vereador João Silva, insatisfeito com a aprovação do PME ainda contendo os termos acerca de gênero, propôs na câmara legislativa municipal o Projeto de Lei 03/2016 que dispõe sobre alterações no PME.

O Deputado Estadual do Tocantins Eli Borges (PROS), atualmente Deputado Federal, se fez presente na cidade a convite da Câmara Municipal em Março de 2016 para explanar sua ação no Tocantins acerca da retirada de termos como gênero, transgênero, orientação sexual, dentre outros, que segundo Eli Borges, em entrevista cedida em 25/04/2016 à JM Notícias¹:

Parabéns à Câmara de Imperatriz, aos pastores, líderes católicos, associações de pastores da cidade, a sociedade em geral que entenderam que a escola é lugar para se aprender Matemática, Português, etc, e não a chamada ideologia de gênero.

É nítido que o argumento dessa “frente” se fundamenta na possibilidade de uma “ideologia de gênero”, e retirar o termo é, para eles, motivo para comemoração, como se essa tal “ideologia” realmente apresentasse um risco à sociedade. Porém, ela existe ou seria apenas mais um argumento para cercear direitos?!

¹Disponível em: <https://www.jmnoticia.com.br/2016/04/25/camara-de-imperatriz-volta-atras-e-retira-os-termos-de-ideologia-de-genero-do-pme/>. Acesso em 08/01/2019.

3.1. Ideologia de Gênero

O que é ideologia? Qual o significado desta palavra e melhor ainda, qual seu sentido neste contexto?

É comum ouvir “Ideologia de gênero” e muitas vezes pais, a comunidade de leigos, inapropriados do que seja ideologia ou até mesmo gênero, levanta bandeiras pois acreditam ser algo ruim e essa convicção se torna suficiente para tomar diversas posturas que pode inviabilizar o debate construtivo, o qual é necessário em todas as dimensões e em especial nesta.

Tendo em vista que gênero perpassa o âmbito das relações sociais mais diversos e permite também o debate sobre a sexualidade que, como dito, reflete discursos de poder que moldam e direcionam os comportamentos humanos.

A palavra ideologia é resultado da junção de duas palavras gregas *idea* (*aparência*) + *logos* (*estudo*) e teve seu uso iniciado por Destutt de Tracy (1754 - 1836), que tinha como objetivo fazer um estudo das ideias, isto é, Tracy propunha uma “ciência das ideias”, tratando de sua origem e como elas se desenvolvem. (COTRIM; FERNANDES, 2017, p. 151). Porém, Karl Marx se apropria deste termo para fazer crítica a sociedade alemã, escrevendo um livro intitulado *Ideologia Alemã* entre 1845 a 1846, defendendo que as ideias dominantes de cada época, são as ideias da classe dominante.

Nesse sentido, a partir de então o termo ideologia ganha uma conotação que expressa interesses de grupos ou pessoas visando algo em detrimento de outros. A ideologia seria um obstáculo para o conhecimento verdadeiro, nos alienando segundo vontades alheias, que pensamos ser nossas.

Contudo, é bem questionável o comportamento de se rotular como ideologia, movimentos ou ideias que não favorecem o “meu” posicionamento político, tendo em vista que o fato de falar de algo, de tratá-lo como ideologia, já reflete uma indiferença, um estranhamento daquilo que poderia ser debatido, conversado, mas “por ser ideologia”, não merece atenção.

Contudo, Estacheski (2016) em seu artigo *Gênero na escola sim, mas como fazer?* afirma:

[...] A humanidade em nós está condicionada a nossa capacidade de olhar e valorizar a outra pessoa em sua humanidade. Que ‘ser humano’ estaríamos destruindo ao debater gênero? Que ideia de humanidade é esta que exclui a diversidade e a humanidade da outra pessoa e que considera família apenas aquela que segue o seu padrão e entende como válida

somente a fé que remete ao seu entendimento espiritual? Acusar os debates de gênero de destruidores da família e do ser humano é violência, pois excluir é desumano e violento. A fala que ataca a humanidade da outra pessoa é uma forma de violência. (p.67).

A retirada do termo gênero do PNE, PME e a sua ausência na BNCC, refere-se a uma violência explícita com a tentativa de silenciamento do avanço da perspectiva de gênero. Há atualmente a produção de pesquisas sobre o tema como nunca se houve, isto, pois, a necessidade de falar sobre é eminente, contudo não tem sido suficiente para desconstruir o padrão machista e heteronormativo que ainda vigora.

Assim, a tentativa de recusar a humanidade do outro persiste, lhe negando o direito de expressar sua sexualidade sem sofrer coação em âmbito algum, desde a escola até no shopping, perpassando pelos lugares mais públicos aos mais privados.

Somente por meio da educação se desconstruem estereótipos e preconceitos, e utilizar o gênero como ferramenta para este processo é o meio mais eficaz, a escola passa a educar sobre uma base que não irá excluir, e sim defender a diversidade, valorizando-a, rompendo com qualquer tipo de discriminação.

Compreende-se que a educação não ocorre somente na escola, mas através da mídia, através das músicas, de grupos sociais, religiosos, através do cinema, da linguagem, e estes espaços têm sido gradativamente alcançados pelo gênero, uns mais que outros, porém o embate que impede um desenvolvimento significativo está fincado na ausência e silenciamento do gênero como substancial. Estacheski (2016) confirma:

[...] o debate sobre gênero pode romper com a ideia instituída de que a culpa pelo estupro sofrido é da vítima e não do agressor, de que a culpa pela morte violenta é da travesti que não se adequou à regra imposta [...]. (p. 68).

A partir do momento que não se quer rasgar o véu do “desconhecido” e passar a ver o outro como possibilidade, como sujeito, respeitando sua humanidade e percebendo suas singularidades, que são diversas, o preconceito persiste.

Na Constituição Federativa de 1988, o artigo 205 diz:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Sendo este um artigo de eficácia limitada, isto é, necessita de legislação para surtirem seus efeitos, constata-se uma série de políticas públicas para tal fim. Assim, a legislação somada a ações como a capacitação dos professores, ao exemplo do projeto piloto Gênero e Diversidade na Escola (SPM/RR, SEPPIR/PR 2009, p.10) refletem bem o que é dito no material produzido pelo projeto:

No curto prazo, é indispensável atuar, de forma coerente e consistente, sobre as ações já em curso, visando a superar concepções limitadoras em que corpos, sexualidades, gêneros e identidades são pensadas a partir de pressupostos disciplinadores heteronormativos e essencialistas.

A ideia da existência de um padrão heteronormativo que conduz a sociedade a uma espécie de ciclo preconceituoso é levantada e questionada constantemente, visando uma mudança urgente acerca das “concepções limitadoras” fundadas no “essencialismo” disciplinador.

Formar docentes imersos na perspectiva de gênero é o meio básico para aplacar a intolerância e permitir o protagonismo da diversidade no âmbito educacional.

O PME de Imperatriz assim que foi ao público, fase de apreciação preliminar, para posteriormente ser votado, recebeu cerca de 192 proposições². Constituído por 20 metas advindas do Plano Nacional de Educação, cerca de 37 entidades trabalharam na construção do PME de Imperatriz, as IES (Instituto de Ensino Superior), o poder legislativo, e a comunidade em geral que participou das audiências, debateram os principais pontos acerca da educação voltada para a realidade imperatrizense, mas principalmente, a presença do gênero no PME.

A pesar de não ter conseguido obter as imagens que vi pela TV, durante as reportagens que cobriam as audiências acerca da aprovação do PME de Imperatriz, me chamou a atenção o volume de pessoas com faixas e o “envolvimento” da comunidade em um processo tão negligenciado pelos leigos, pais, religiosos, que é o de aprovar leis voltadas para a educação.

²Disponível em: <https://imirante.com/imperatriz/noticias/2014/10/16/plano-municipal-de-educacao-recebe-mais-de-190-proposicoes.shtml> . Acesso em: 07/01/2019.

A confusão gerada em torno das audiências estavam amparadas na ideia de existir uma ideologia que seria introjetada na educação. Porém, os rumores e tentativas de retirar o gênero do PME mesmo depois de ter sido aprovado, não acabaram.

Autor de um projeto de lei ordinária de 2016 que retirou referência à chamada ideologia de gênero do Plano Municipal de Educação (decênio 2014-2016), o vereador João Silva (PRB) pautou novamente o assunto na sessão desta quinta-feira (1º) da Câmara Municipal de Imperatriz. Para sanar uma disputa judicial, ele quer que o atual prefeito Assis Ramos retire do plano qualquer referência à adoção da ideologia de gênero na grade curricular das escolas do Município. (Disponível em: <http://fmnativa.com.br> Acesso em:07/01/2019).

Dulceli Estacheski (2016) em seu artigo *Gênero na escola sim, mas como fazer?* Discorre sobre um dado importante em meio a este processo de perceber o gênero na educação e constata:

[...]. É preciso que se pense em uma formação que dê conta de esclarecer as dúvidas sobre gênero e diversidade sexual. E quando digo formação, penso na responsabilidade dos cursos de formação docente, magistério e cursos de graduação em licenciaturas e na formação continuada de docentes. (p. 72).

A problemática proposta pela a autora é pensar que além da inserção do termo gênero como meio substancial para debater sobre a diversidade e repensar fora do “molde” paternalista, é a necessária formação dos docentes, tendo em vista que eles são agentes de construção do saber.

Os documentos de educação devem conter o termo pois é notável que somente através do gênero será possível debater sobre a diversidade, mas há também o peso dos cursos de formação continuada que promovem de forma importante o papel do educador como alguém que deve estar munido de informação necessária para a promoção da igualdade de gênero.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há tentativas de silenciamentos dos debates acerca de gênero. Quando este foi retirado da BNCC e enquanto Imperatriz ainda presencia a tentativa de retirada por completo do termo gênero do PME, nada mais reflete que um processo inverso às mudanças sociais tidas como necessárias.

A justificativa de tal ação contrária, encabeçada por pais e por movimentos religiosos compreende o reflexo de uma sociedade amparada em uma visão machista, heteronormativa, homofóbica que ecoa gritos de preconceitos que cercam e “desumanizam o outro”, por este não se encaixar nos padrões usais, tidos como normais.

A educação engloba diversas áreas do meio social, mas é na escola, através de educadores preparados - e aqui cabe considerar a importância dos cursos de aperfeiçoamento - para um ensino mais igualitário, que será possível mudanças mais significativas, afinal o processo deve ser gerado dentro da base, e a base é a educação escolar.

Certamente a mídia, o cinema, as músicas, os movimentos, as pessoas, aqui as que são favoráveis ao gênero, fazem seu papel válido de questionarem e ecoarem uma voz contrária à do “normal” que é hétero.

Claramente, para haver transformações mais nítidas a supressão do termo gênero nos documentos sobre educação e nas práticas educativas deve ser superado.

Debater sobre gênero não deve ser algo oportuno, não deve ser quando “houver situações”, mas entender que uma sociedade mais igualitária é reflexo de uma construção sobre pilares que não rotulam o outro ou desqualifica-o por este não se utilizar de sua sexualidade como a dominante, é primordial. E isto só é possível através da amplitude que o tema deve tomar, não sendo mais tão negligenciado dentro das políticas públicas como se este fosse um tema que deveria ser evitado, por que falar de sexualidade, de gênero e educação, toca nas estruturas mais obsoletas e repressoras do meio social.

O discurso de que não pode, não é natural, é ideologia acerca da forma como a diversidade sexual e de gênero nos apresenta em meio as relações sociais, são expressões de um discurso que gera desigualdades.

Olhar para as pessoas e defini-las pelos seus corpos, biologizá-las, é negar a sua liberdade de escolha, sua capacidade humana de se relacionar, sua sexualidade como fruto de sua identidade sexual.

Portanto, O município de Imperatriz, assim como a maioria dos municípios brasileiros, que passaram pelo barulho em torno da aprovação do PME, apenas refletiram o quanto o preconceito e a intolerância vigoram sobre o “outro” em nosso país. Querer definir como as pessoas devem se utilizar de sua sexualidade e negligenciar o debate que mantém visões distorcidas sobre os “papeis” femininos e masculinos, é um ciclo que deve ser superado.

REFERÊNCIAS

- ALTMANN, Helena. **Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais.** In____ **Estudos Feministas.** 2/2001.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003
- BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 2003.
- BONNEWIJN, Olivier. **Gender quem és tu? Sobre a Ideologia de Gênero.** Ecclesiae, CEDET. 2015.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamental.** Brasília. MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.
- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs).** Ensino Fundamental. Brasil: MEC/SEF, 1998.
- BRASIL. **Constituição Federal, de 05/10/1998.** Congresso Nacional. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/508200/CF88_EC85.pdf. Acesso em: 11/01/ 2019.
- CAPELLIN, Paola. As mulheres e o acesso à cidadania no Rio de Janeiro: anotações sobre a pesquisa “Lei, justiça e cidadania”. In____ PANDOLFI, D., CARVALHO, J.M., CARNEIRO, L.P e GRYSZPAN, M. **Cidadania Justiça e Violência.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 1999.
- CARVALHO, Maria Pinto de. O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999 – 2009). In____ **Revista Brasileira de Educação.** v. 16, n. 46, Jan./Abr. 2011.
- CHAPERON, Sylvie. **Auê sobre O Segundo Sexo.** In____ Cadernos Pagu. (12), pp.37-53, 1999.
- CORRÊA, Mariza. **Do feminismo aos estudos de gênero no Brasil: um exemplo pessoal.** In____ Cadernos Pagu. v.16. 2001.
- CORRÊA, Mariza. **Repensando a Família Patriarcal Brasileira.** In____ Colcha de Retalhos – Estudo sobre Família no Brasil. Campinas: Editora UNICAMP, 1994.
- COTRIM, Gilberto; FERNANDES, Mirna; **Fundamentos da Filosofia.** 4º ed. Saraiva, 2017.

ESTACHESKI, Dulceli de Lourdes Tonet. Gênero na Escola sim, mas como fazer? In____ **Gênero, Educação e Sexualidades: Reconhecendo diferenças para superar [pré] conceitos.** Organização André da S. Bueno. Ed. Dos Autores, Uberlândia, 2016.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1977. Tradução de Leandro Konder.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** 7.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FERRARI, Anderson. **Experiência Homossexual no contexto escolar.** In____ Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Edição Especial. nº 1/2014, p. 101-116. Editora UFPR.

FIRESTONE, Shulamith. **The Dialectic of Sex: The Case for Feminist Revolution.** New York: Bantam Book, 1970.

GROSSI, Miriam Pilar. **Identidade de gênero e sexualidade.** Antropologia em Primeira Mão, n. 24. Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1998.

GROSSI, Miriam Pilar. **A Revista Estudos Feministas faz 10 anos.** Uma breve história do Feminismo no Brasil. In____ Estudos Feministas, Florianópolis, 12 N:E), set/dez, 2004.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silva Vilodre. **Corpo, Gênero e Sexualidade.** Um debate contemporâneo na educação. 9 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista.** 16 ed. Petrópolis: RJ. Vozes, 2014.

MEYER. “Gênero e Educação: teoria e política”. In____ **Corpo, Gênero e Sexualidade.** Um debate contemporâneo na educação. 9 ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2013.

NETO, Felipe Nery Martins. Gênero nas escolas: um gulag sem muros. In____ **Gênero: Ferramenta de Desconstrução da Identidade.** 2 ed. São Paulo. Katechesis, 2017.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMPERATRIZ/ SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. **Plano Municipal de Educação.** 2015. Disponível em: <https://www.prefeituradeimperatriz.com.br/portal/noticias/educacao/plano-municipal-de-educacao.html> . Acesso em: 10/01/2019.

POCHAT, Patrícia. **Clínica dos gêneros não inteligíveis: Judith Butler e psicanálise.** Psicanálise e transexualismo: desconstruindo gêneros e patologias com Judith Butler. In____ Estudos Feministas, Florianópolis, 24 (1): 406, jan/abr. 2016.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SILVA, Susana Veleda da. **Os Estudos sobre gênero no Brasil: Algumas Considerações**. In ____ Revista Bibliográfica de Geografia y Ciencias Sociales. Universidade de Barcelona, nº 262, 15 de Novembro de 2000.

SYFER, Ingrid. **Afinal, o que é uma mulher?** Simone de Beauvoir e “a questão do sujeito” na teoria da crítica feminista. Lua Nova, São Paulo, 93: 329 – 341, 2014.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade. Vol., 20, nº 2, 1995, p. 71 – 99.

SOUZA, Jane F. **Gênero e sexualidade nas pedagogias culturais: implicações para a educação infantil**. Trabalho apresentado na 22ª Reunião Anual da ANPEd, Caxambu, MG, (1999).

SPM/RR (Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres); SEPPIR/PR (Secretaria Especial de Políticas de Igualdade Racial). **Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

Sancionada lei que retira ideologia de gênero das escolas, diz João Silva. Disponível em: <http://omaranhense.com/sancionada-lei-que-retira-ideologia-de-genero-das-escolas-diz-joao-silva/> . Acesso: 10/01/2019

VIANNA, Cláudia Ferreira; UNBEHAUM, Sandra. **O Gênero nas políticas públicas de educação no Brasil: 1988 – 2002**. In ____ Cadernos de Pesquisa, v. 34, n. 121, p. 77 – 104, Jan./Abr. 2004.

Vereador João Silva retoma luta contra ideologia de gênero nas escolas. Disponível em: <http://fmnativa.com.br/2018/11/02/vereador-joao-silva-retoma-luta-contra-ideologia-de-genero-nas-escolas/> . Acesso em: 07/01/2019.